



Resumo de Notícias

05/02/2016 - Instituto Telecom

Contra Condecine, teles alegam inconstitucionalidades e pedem devolução de valores já pagos

A leitura atenta da inicial que embasa o mandado de segurança coletivo do SindiTelebrasil (sindicato patronal das empresas de telecomunicações) contra a Ancine, e que resultou em decisão liminar suspendendo o pagamento da Condecine, mostra que o movimento das teles é muito mais agressivo do que parecia. A começar pelo fato de que as empresas de telecomunicações pedem não só para não pagarem a contribuição mas também exigem, na Justiça, a devolução dos valores já pagos nos últimos cinco anos, após o julgamento do mérito da ação. Até hoje, houve apenas três anos de recolhimento do tributo (a partir de 2012), o que totaliza um montante de R\$ 2,07 bilhões. Se a liminar eventualmente cair e o pagamento referente a 2015 precisar ser feito em 31 de março, como previsto, esse montante será engordado em mais R\$ 900 milhões. Ou seja, a ação das empresas de telecomunicações começa com R\$ 3 bilhões em disputa, sem falar na correção.

Além disso, a argumentação é toda centrada em supostas inconstitucionalidades na cobrança da Condecine Teles. Ou seja, é uma ação desenhada para ir até o Supremo Tribunal Federal, indicando a disposição das empresas de telecomunicações de levar a batalha adiante por anos, mesmo que a União consiga reverter a suspensão liminar.

Outro aspecto curioso é que a ação sequer menciona o aumento de 28,5% da Condecine realizado em 2015, fator alegado pelas empresas de telecomunicações como “deflagrador” da disputa. Ou seja, a briga é, de fato, contra o modelo tributário estabelecido como um todo, e não contra aspectos específicos.

A ação também pede a inconstitucionalidade da Medida Provisória 2.228-01/2001 ao estabelecer o tributo, o que significa dizer que toda a Condecine, e não apenas a parte paga pelas teles, está em risco, a depender do mérito da ação.

Argumentação

O direito tributário é sempre matéria complexa e extremamente técnica, mas no caso das teles contra a Condecine os argumentos colocados são relativamente simples de serem compreendidos.

O primeiro ponto da argumentação é a falta do princípio da “referibilidade” na Condecine Teles. O que se alega é que a Constituição, ao estabelecer as contribuições de intervenção de domínio econômico (CIDEs, como seria a Condecine) impõe que haja um benefício específico para quem paga o tributo ou, pelo menos, que haja uma relação clara entre o objetivo da contribuição e as atividades ou interesses de quem paga. Segundo as teles, nenhuma destas relações existe, pois a Condecine abastece um outro setor econômico, que é o da indústria cinematográfica, “tendo, portanto, seu objetivo ligado à educação e à cultura”. A inicial não menciona o fato de que algumas teles atuam no segmento de TV por assinatura, que indiretamente poderia se beneficiar da produção audiovisual nacional.

Outro argumento colocado pelas empresas de telecomunicações é o de que uma contribuição de intervenção no domínio econômico não pode ser usada para a atuação do Estado na chamada “Ordem Social”. Ou seja, propósitos que não sejam estritamente econômicos não podem ser bancados por esse tipo de contribuição, e as teles alegam que entre os objetivos da Ancine previstos em lei estão a promoção da cultura e da língua por meio da atividade cinematográfica. “As contribuições de intervenção no domínio econômico têm por objetivo auxiliar o Estado no cumprimento de suas funções econômicas e não podem se prestar a atingir finalidades sociais”, diz a inicial, lembrando que a Condecine é uma contribuição no domínio econômico.

Leia mais em:

<http://www.institutotelecom.com.br/contra-condecine-teles-alegam-inconstitucionalidades-e-pedem-devolucao-de-valores-ja-pagos/>



Resumo de Notícias

05/02/2016 - Telesíntese

Publicadas listas pré-classificatórias para lotes do tipo C do último leilão da Anatel

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) publicou hoje, 04, as listas pré-classificatórias de empresas participantes do último leilão de frequências de 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.500 MHz, realizado em dezembro. A lista mostra quais empresas estão no páreo para adquirir lotes do tipo C. O resultado do leilão para estes lotes será revelado em 16 de fevereiro – e apenas depois empresas desclassificadas poderão apresentar recursos.

São quatro listas:

1) Pré-classificação com as melhores propostas e que atendem as condições de participação na licitação;

2) Pré-classificação com as melhores propostas, mas que apresentam “vícios sanáveis” com relação às condições de 3) participação na licitação;

4) Relação de vícios formais sanáveis relativamente às condições de participação na licitação, por proponente;

Propostas desclassificadas.

As empresas que estiverem nas listas 2 e 3 receberão comunicado da Anatel com prazo e exigências para corrigir os problemas e, assim, poder participar do julgamento das propostas. Nestes casos, a data do julgamento das propostas ainda não foi definida.

05/02/2016 - Instituto Telecom

Rede analógica de celular resulta em dívida de R\$ 10 milhões da Oi com a Vivo

O Brasil festeja o ritmo acelerado de adoção do 4G, a mais moderna tecnologia celular, mas depara-se ainda com a existência de redes de primeira geração, o AMPS, ou os celulares analógicos. A Anatel tenta há anos acabar com esse serviço, mas ele ainda é utilizado. Sua manutenção, porém, acaba de resultar em uma dívida de R\$ 10 milhões da Oi com a Vivo.

O valor foi arbitrado pela Anatel nesta quinta, 4/2, e diz respeito a uma pendência entre as empresas desde 2006. Mas que remete ainda ao início dos anos 1990, quando foi instituído um serviço de telefonia rural, chamado Ruralcel, que usa (ainda existe) a rede móvel para oferecer telefone fixo.

A ideia era evitar os custos de uma rede física em áreas remotas. Na prática, responsabilidade que

ficou com a Oi depois da privatização – que, portanto, usando redes móveis de Vivo e Tim oferecia o fixo Ruralcel. Daí a obrigação de remunerar essas redes.

No caso definido nesta quinta, a Vivo cobrava R\$ 60 milhões pela manutenção da rede usada pela Oi – a partir de um acordo feito em 2006 entre as duas empresas, pelo qual previa-se a migração de 20 mil usuários em seis meses, o que não aconteceu.

A Oi, por sua vez, alegou que o acordo jamais previu remunerar manutenção da rede, apenas desembolsos relativos ao tráfego cursado. Mas a Anatel acabou optando por um meio-termo, diante da falta de evidências de parte a parte. Daí a arbitragem pelo R\$ 10 milhões.

Resumo de Notícias

04/02/2016 - Rede Brasil Atual

OEA vai julgar responsabilidade do Brasil em caso de trabalho escravo



Pela primeira vez desde que foi criada, em 1979, a Corte Interamericana de Direitos Humanos vai julgar uma denúncia por trabalho semelhante à escravidão. E o Brasil estará no banco dos réus, acusado de omissão e negligência na apuração e responsabilização de um caso de violação dos direitos humanos. Os supostos crimes foram identificados em uma propriedade particular no Pará, a Fazenda Brasil Verde, desde a década de 1980.

A audiência pública será nos próximos dias 18 e 19, em San José, na Costa Rica, onde funciona a sede da Corte Interamericana – instituição judiciária responsável por aplicar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos entre os estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). A sentença final só deverá ser divulgada dentro de alguns meses – provavelmente no segundo semestre deste ano.

A denúncia foi apresentada em 1998 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Centro Pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil).

As duas organizações não-governamentais argumentam que o Estado brasileiro não adotou as providências necessárias para evitar e, posteriormente, punir os donos da fazenda e outras pessoas acusadas de submeter um grande número de trabalhadores à condições degradantes de trabalho, parecidas com a escravidão, entre os anos 1980 e 2000.

De acordo com a CPT, nas seis ocasiões em que fiscais estiveram na propriedade para verificar as condições dos trabalhadores, 340 pessoas foram resgatadas. Os nomes de 26 supostas vítimas são citados na resolução da presidência da Corte sobre a audiência deste mês. Além disso, a própria OEA, a partir das informações prestadas pelas denunciadas, fala “em um contexto no qual dezenas de milhares de trabalhadores foram submetidos ao trabalho escravo”. A maioria das vítimas é do sexo masculino, negra, tem entre 15 e 40 anos e morava em cidades pobres, marcadas pela falta de oportunidades de trabalho.

Entre os documentos anexados à denúncia, há testemunhos de trabalhadores que relataram ameaças de morte contra quem fugisse; provas de não pagamento de salários e de cobrança de dívidas contraídas desde o transporte das cidades de origem das vítimas até a compra de produtos de uso pessoal que só podiam ser adquiridos na própria fazenda; informações sobre comida e condições de saúde indignas, entre outros problemas.

Ao submeter o caso à apreciação da Corte, a Comissão Interamericana apontou que o Estado brasileiro é responsável pela situação de trabalho forçado e servidão por dívidas e pela situação de impunidade – fatos que violam a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A comissão recomendou que o Brasil repare adequadamente as vítimas, investigue adequadamente as denúncias de trabalho escravo e suspeitas de desaparecimentos, apure a suposta omissão de funcionários públicos, entre outras medidas.

A CPT e a Cejil querem que o governo brasileiro proponha uma mudança constitucional que torne a submissão de alguém ao trabalho análogo à escravidão um crime imprescritível, o que permitiria que os responsáveis fossem julgados a qualquer tempo.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/02/oea-vai-julgar-responsabilidade-do-brasil-em-caso-de-trabalho-escravo-8373.html>



Resumo de Notícias

04/02/2016 - Rede Brasil Atual

Pela segunda vez, Samarco pede adiamento de depósito de R\$ 2 bi para fundo de recuperação

A Samarco, a Vale e a BHP Billiton pediram à Justiça novo adiamento do prazo para fazer um depósito de R\$ 2 bilhões no fundo para a recuperação ambiental e social da bacia do Rio Doce, devastada pela lama liberada com o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), no dia 5 de novembro.

O depósito havia sido determinado pela Justiça em decorrência de uma ação civil pública aberta pela Advocacia-Geral da União (AGU) e as procuradorias-gerais de Minas Gerais e Espírito Santo, na qual foi proposta que as empresas formassem um fundo de R\$ 20 bilhões para custear programas ambientais e sociais de recuperação da bacia ao longo de dez anos. Os R\$ 2 bilhões que deveriam ser depositados ontem (3) são a primeira parte do pagamento desse fundo.

Este é o segundo pedido de prorrogação do prazo. O primeiro prazo expirou em 19 de janeiro. No pedido protocolado nesta quarta-feira na Justiça, a Samarco alega "que as tratativas para um acordo relativo à ação civil pública estão

em curso e que as partes necessitam de mais tempo para a sua conclusão."

Em 21 de janeiro, as empresas, representantes dos estados e a AGU reuniram-se em Brasília para discutir um acordo sobre a criação do fundo que possibilite, inclusive, a retomada das atividades pela empresa. À época, o advogado-geral da União, Luis Inácio Adams, disse que esperava que o acordo fosse fechado ainda antes do carnaval.

No dia 5 de novembro do ano passado, o rompimento da Barragem de Fundão derramou 32 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de mineração no Rio Doce em Mariana (MG). O episódio causou a morte de 17 pessoas, prejudicou municípios em Minas Gerais e no Espírito Santo e continua causando impactos ambientais graves no rio e no oceano.

Por meio de sua assessoria, a AGU disse não ter sido notificada sobre o pedido de prorrogação do prazo.

04/02/2016 - Vermelho

"Crise se supera com união", afirma Dilma

A presidenta Dilma Rousseff participou nesta quinta-feira (4) da inauguração de uma fábrica de cervejas da Ambev, em Uberlândia (Minas Gerais). Durante o discurso, a presidenta destacou que o momento é de união e voltou a falar da importância do combate ao mosquito *Aedes aegypti*. A nova fábrica de bebidas recebeu R\$ 770 milhões de investimentos e está empregando diretamente 480 trabalhadores.

População foi saudar a presidenta Dilma na sua chegada a Uberlândia. População foi saudar a presidenta Dilma na sua chegada a Uberlândia " Nós sabemos que enfrentamos dificuldades. Nós tivemos um ano de 2015 bastante desafiador e nós, agora, estamos buscando transformar o ano de 2016 no ano da retomada do crescimento. Nós temos toda uma estratégia para este momento", afirmou Dilma.

E completou: " Numa crise você pode usar de todos os seus esforços para superar desafios, encontrar novos caminhos e enfrentar de novas formas os problemas. E é nesse aspecto que ela [a crise] não pode ser desperdiçada. Por isso, temos uma série de propostas no campo tributário, de regulação e, principalmente, da Previdência e do ambiente de negócios para o Brasil".

De acordo com a presidenta, " uma crise é algo muito doloroso para ser desperdiçado". Ela também afirmou que as dificuldades que o Brasil enfrenta são " momentâneas" e, ao investir, a Ambev mostra saber disso.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/275896-1>

04/02/2016 - Rede Brasil Atual

Em fotos, a aventura do Mais Médicos

Distribuído para instituições e entidades ligadas a saúde pública, o livro será alvo de exposições em Genebra, Havana, São Paulo e Brasília

Com tiragem inicial de 3.000 exemplares e apresentação de Arthur Chioro, que foi ministro da Saúde entre fevereiro de 2014 e outubro de 2015, o livro "Mais Médicos" é uma obra institucional necessária. As fotografias capturadas pela câmara de Araquém Alcântara em 19 Estados registram o trabalho de 18 000 médicos em pontos extremos da sociedade brasileira. As cinco imagens que ilustram essa nota, cedidas especialmente para o 247 pelo próprio Araquém, são uma pequena amostra de um trabalho de 219 páginas.



Vivemos num país onde a memória de episódios essenciais de nossa história social costuma ser perdida tanto pela falta de cuidado por parte dos protagonistas como pela atuação de adversários interessados em impedir sua real compreensão. Neste contexto, o livro ajuda a enxergar uma realidade que muitas pessoas podem até imaginar mas nunca tiveram a chance de ver. Os textos que acompanham as fotos de Ara-



quém estão longe de esgotar toda a discussão sobre um assunto tão grave e complexo como a saúde da população carente.

Mas basta recordar a mitologia e o preconceito que ilustraram a oposição de entidades médicas no lançamento do programa, em setembro de 2013, para reconhecer a importância de um trabalho desse tipo.

Comparadas com as imagens das campanhas do Médicos Sem Fronteiras, presença periódica na TV brasileira, o trabalho de Araquém serve como um contraponto importante. Louvável pelo aspecto humanitário, a atuação do MSF apoia-se em donativos de natureza filantrópica para garantir alguma forma de atendimento a populações que habitam as regiões miseráveis do planeta. Só se pode aplaudir uma iniciativa dessa natureza.

"Mais médicos" mostra um programa de governo, de caráter permanente, que chega a 63 milhões de pessoas. Pelo atendimento preventivo, o programa foi capaz de evitar perto de 100 000 internações hospitalares -- quando as doenças se encontram num estágio mais grave, de difícil atendimento, exigindo tratamentos mais caros, complexos e muitas vezes inacessíveis. O livro não exhibe cenas de uma atividade sustentada por meritórias contribuições individuais e voluntárias, mas uma decisão de Estado, num país onde a Constituição afirma no artigo 196 que a saúde "é um direito de todos e um dever do Estado."



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

No momento em que o programa foi lançado, 15% dos municípios brasileiros não contavam com um único médico para atender a população. Em outros 2 000 municípios, havia um médico para 3 000 pessoas -- imagine o tempo de espera para o atendimento, quando e se ele ocorria.

Numa fase inicial, foram abertas 9,500 vagas, que cresceram 80% em três anos. Com auxílio dos repórteres Marcelo Delduque e Xavier Bataburu, que se revezaram nas viagens, Araquém mostra o trabalho

dessas pessoas, descrevendo o local de sua atuação e as condições de vida da população atingida.

Distribuído para instituições e entidades ligadas a saúde pública, o livro será alvo de exposições em Genebra, Havana, São Paulo e Brasília. É possível que se faça uma segunda edição, para chegar às livrarias e ao principal interessado por esta história, o cidadão comum. Ainda não há prazo, contudo, para que isso aconteça.





Resumo de Notícias

04/02/2016 - Vermelho

Conta de luz fica mais barata a partir de março

Sete usinas termelétricas com capacidade de geração de cerca de 2 mil megawatts (MW), cujo custo de produção é superior a R\$ 420 por megawatt-hora (MWh), serão desligadas. O anúncio foi feito pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A medida vai representar uma conta de luz mais barata já a partir de março. O ministro da pasta, Eduardo Braga, estimou uma redução de até 7% no valor final das contas de energia elétrica residenciais.

O sistema de bandeiras tarifárias aplica uma cobrança extra nas contas de luz quando fica mais caro produzir energia. Desde que o sistema foi implantado, em janeiro de 2015, vigora a bandeira vermelha, que significa conta de luz mais cara para o consumidor. O desligamento das térmicas permitirá migrar para a bandeira amarela a partir de 1º de março, de R\$ 1,50 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

“Isso representa um custo menor na tarifa do consumidor e que o setor elétrico entra, definitivamente, num viés de queda de tarifa de energia”, disse Braga. Para as contas de luz deste mês já houve uma redução da bandeira vermelha, de R\$ 4,50 para R\$ 3,00 a cada 100 kWh.

O anúncio ocorreu após reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), formado pelo MME, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A medida vai permitir uma redução do custo de geração do setor elétrico de R\$ 720 milhões por mês em 2016.

Este será o segundo desligamento seguido de térmicas visando a redução da conta de luz. Em agosto de 2015, o comitê já havia decidido desligar usinas com custo de geração superior a R\$ 600 por MWh. Com a decisão desta quarta-feira, o CMSE já auto-

rizou o desligamento de cerca de 40% das térmicas acionadas para compensar o baixo nível de água nos reservatórios, em ação iniciada há três anos.

A estimativa de redução de 7% no preço da conta de luz a partir do mês que vem, segundo o ministro, não considera somente a mudança da bandeira tarifária, mas também o corte de R\$ 7 bilhões no repasse anual para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), conforme decidido no final do ano passado pela Aneel. “Nós já temos garantido uma redução não inferior a 7%”, indicou Braga.

A decisão de mudança da bandeira tarifária vermelha para amarela se baseou em avaliação do ONS, que apurou aumento de chuvas em dezembro e janeiro, o que contribuiu para elevar o nível de água disponível para as usinas hidrelétricas. O órgão apontou que o nível dos reservatórios do Subsistema Sudeste/Centro-Oeste (responsável por cerca de 70% do armazenamento de água para geração de energia no País) está em 45% atualmente. Em fevereiro do ano passado, o nível estava em 20,5%.

A perspectiva é de que o Brasil atravessasse o período seco, a partir de março, com água suficiente para manter o nível de geração hidrelétrica sem precisar recorrer às térmicas. “Estamos entrando em um novo ciclo hidrológico”, disse Braga. “Deveremos chegar a novembro com nível não inferior a 30% em nenhum dos nossos reservatórios”, afirmou.

O ministro indicou que, a depender do nível de chuvas em fevereiro, o CMSE pode adotar em abril a bandeira verde, na qual não é cobrado nenhum adicional na conta de luz. “Ainda não é prudente anunciar a bandeira verde para abril, mas todos os estudos mostram que essa é uma possibilidade real”, afirmou.